

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Fernanda Rosa Moraes¹

Patrícia da Silva Vieira Tavares²

Gercimar Martins Cabral Costa³

Rochele Aparecida Cabral Gouveia⁴

José Ferreira Lopes Neto⁵

Isa Lucia de Moraes⁶

Resumo: Os anseios para o desenvolvimento em consonância com a conservação ambiental ganharam relevância internacional a partir da Eco-92, advento da Agenda 21 e, posteriormente, da Agenda 2030, com a adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi realizada uma revisão na literatura sobre os conceitos e tendências, nacionais e internacionais, apresentada uma concepção de Educação Ambiental associada ao movimento do desenvolvimento sustentável, os conceitos constantes nos documentos intergovernamentais e como o Brasil se posicionou a partir da assinatura dos documentos internacionais, especialmente quanto aos ODS e a repercussão destes na Educação Ambiental formal.

Palavras-chave: Agenda 2030; Conservação Ambiental; Sustentabilidade.

¹Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: nandarmb@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8431749345601870>

²Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: paty23_itb@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9744261316401671>

³Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: gercimarmartins@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2833307152845720>

⁴Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: rochelegouveia@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1835180108472000>

⁵Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: jferreiralopesneto@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0131401871221973>

⁶Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. E-mail: isamorais1@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6372928256741767>

Abstract: The aspirations for development in accordance with environmental conservation gained international relevance from Eco-92, the advent of Agenda 21 and, subsequently, Agenda 2030, with the adoption of the 17 Sustainable Development Goals (ODS). A review was carried out in the literature on concepts and trends, national and international, presented a concept of Environmental Education associated with the sustainable development movement, the concepts contained in the intergovernmental documents and how Brazil positioned itself from the signing of the international documents, especially as regards the SDGs and the repercussions of these in formal environmental education.

Keywords: Agenda 2030; Environmental Conservation; Sustainability.

Introdução

A concepção da Educação Ambiental (EA) é um componente essencial do movimento pelo desenvolvimento sustentável. A necessidade da sua implementação é crescente e urgente devido às crises socioambientais de dimensão planetária (Rosa; Kauchakje; Fontana, 2011).

Em consonância com os princípios da EA estão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais abrangem oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), durante a 55ª sessão da Assembleia Geral, a chamada "Cúpula do Milênio das Nações Unidas", realizada em 2000, em Nova Iorque, Estados Unidos. Os oito ODM abrangiam ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Segundo Almeida (2007) esses objetivos podiam ser resumidos em três focos, Educação, Saúde e Sustentabilidade ambiental, com a perspectiva de criação de condições para o desenvolvimento de uma rede de conhecimentos e sensibilidades por meio de um novo olhar sobre a educação. A maioria das metas estabelecidas para os ODM abrangia o período de 1990 a 2015. Ao longo desses 25 anos, o progresso seria avaliado, partindo dos dados iniciais obtidos em 1990 (Roma, 2019).

No cenário nacional, a governança dos ODM foi estabelecida por meio do Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, o qual instituiu o "Grupo Técnico (GT) para Acompanhamento das Metas e ODM". Dentre as atribuições do GT, estava a de adaptar os ODM, as metas e o conjunto de indicadores a elas associados, à realidade brasileira.

No ano de 2005, com o intuito de reconhecer e incentivar práticas sociais e ambientais desenvolvidas no Brasil, o governo federal lançou o prêmio ODM com oito objetivos: reduzir a pobreza; atingir o ensino básico universal; alcançar a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres;

reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (IPEA, 2016).

No cenário internacional, as discussões acerca da EA antecedem os OMD, e tem seu marco com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. As relações entre desenvolvimento e meio ambiente foram a base de um novo conceito denominado desenvolvimento sustentável, o qual surgiu na tentativa de dar um novo direcionamento às questões planetárias (CMMAD, 1991).

Outro marco importante para a EA no cenário internacional foi a Conferência do Rio de Janeiro (1992), a Eco-92 ou Rio-92, na qual se almejou reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável, conciliando os objetivos sociais com as necessidades básicas e conservação da vida no planeta (Cavalcanti; Costa; Crispino, 2014).

Nessa conferência a EA foi definida como uma educação crítica da realidade, cujos objetivos seriam o fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito (Dias, 2004). E ainda, a Eco-92 estabeleceu uma EA crítica e inovadora podendo ser conduzida tanto em ambiente formal quanto não formal (Dias, 2004).

Nos anos seguintes ocorreram outros eventos internacionais voltados para a EA dentre os quais estão os seguintes: Viena em 1993; Cairo em 1994; Copenhague e Beijing em 1995; Roma e Istambul em 1996; New York em 2000 e a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global).

No ano de 2012 foi realizada a Rio+20, evento que propôs os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), colocando em destaque a importância de incorporar a dimensão da sustentabilidade nas abordagens que vinham sendo desenvolvidas e/ou aplicadas nos distintos campos de conhecimento e ação. De tal modo, os ODS foram criados como norteadores das políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional (Gallo; Setti, 2014).

Três anos depois, em 2015, foram implantados os ODS pela Assembleia Geral da ONU, conhecida como Agenda 2030, documento no qual os 193 países comprometeram-se a tomar medidas para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, entre eles o Brasil (ONU Brasil, 2015).

Sampaio e Philippi Junior (2021) avaliam a Agenda 2030 como um passo seguinte aos ODM, uma agenda expandida, a qual retrata de forma mais precisa o conceito de desenvolvimento sustentável em sua gama de dimensões, e reflete maturidade conceitual obtida ao longo de mais de 40 anos, desde 1972.

A Agenda 2030 contém 17 ODS e 169 metas, apresentadas de forma clara em busca de uma maior adoção de acordo com suas próprias prioridades

e que atuem no espírito de uma parceria global, orientando as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, no presente e no futuro (Brasil, 2019).

Da análise do documento constata-se que o ODS de número quatro contempla a Educação de Qualidade e possui como objetivo garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos por meio de sete metas, dentre as quais, a sétima busca assegurar o desenvolvimento sustentável (ONU Brasil, 2015).

No Brasil, a institucionalização da EA antecedeu a Agenda 2030, tendo sido concebida com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual estabeleceu em 1981, no âmbito legislativo através da Lei nº 6.983/81, a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino. Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, definindo a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA (Política Nacional de EA), lançando, assim, as bases para a sua execução com ações de EA no governo federal.

Diante do aqui exposto, faz-se necessário o entendimento sobre os conceitos e tendências, nacionais, bem como as principais controvérsias e consensos acerca desses temas. Nesta seara, esse estudo objetiva apresentar uma concepção de EA associada ao movimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Material e métodos

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema proposto com a finalidade de obter informações e respostas, uma vez que este tipo de investigação aproxima o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito sobre um determinado assunto. Esta pesquisa foi subsidiada por uma revisão da literatura, mediante uma ampla busca em artigos científicos publicados em língua inglesa e portuguesa, legislação, e banco de dados nacionais e internacionais sobre ODS, agregando sistematicamente informações específicas através do mapeamento e avaliação dos estudos existentes, identificando lacunas e ampliando a possibilidade para novos estudos (Salim; Rahman; Wahab, 2019; Aires; Pimenta, 2020). Ela apresenta caráter bibliográfico do tipo estado do conhecimento (Morosini, 2015), almejando mapear e discutir os ODM, ODS, EA e Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no novo milênio.

Foi realizada uma busca em artigos publicados em inglês e português nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e portal de periódicos CAPES, sem restrições de período de publicação, com temas relacionadas à ODM, EA e EDS utilizando os descritores, em português e inglês: “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, “Educação Ambiental”, “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

Foram analisados 728 artigos e como critério de inclusão, optou-se por artigos que abordassem uma relação entre os ODS e EA e ou EDS, com

produção brasileira. Após a avaliação foram excluídos 681 artigos porque não correspondiam ao tema em análise (Tabela 1).

Tabela 1: Dados dos 47 artigos selecionados para a pesquisa com a existência de uma relação entre os ODS e EA e ou EDS, seguindo a ordem alfabética dos autores das publicações por ano (das mais recentes para as menos recentes).

AUTORES	ANO	OBJETIVO
Castro; Soares	2024	Desenvolver os pilares essenciais da economia verde. A investigação é inédita alinhada aos valores propostos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU).
Monteiro et al.	2024	Investigar a conexão entre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/1999, e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 (ODS 4) - Educação de Qualidade.
Salzer; Mallmann; Carniatto	2024	Analisar as características dos estudos realizados referente a Educação Ambiental, o impacto da pandemia e o cumprimento no desenvolvimento das metas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
Aragão et al.	2023	Analisar qualitativamente, a aplicação de um projeto de EA na cidade de Caruaru (PE). Foi utilizada a metodologia G5 Ambiental, composta por cinco temas: Gestão da Água, Gestão da Energia, Gestão dos Resíduos Sólidos, Gestão da Flora e Fauna e Gestão do Conhecimento. Também foram utilizados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
Araújo-de-Almeida et al.	2023	Evidenciar uma sequência didática lúdica voltada ao conhecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando as temáticas Poluição e Vida Marinha, vinculadas ao ODS 14.
Caetano; Caramello; Medeiros	2023	Analisar a viabilidade da implantação do ensino hídrico no ensino básico, como componente curricular optativo a partir da percepção de estudantes do ensino médio no município de Jaru – Rondônia (Brasil).
Daleaste; Lubeck	2023	Apresentar e discutir atividades desenvolvidas junto a um curso de formação continuada para os professores dos anos iniciais do município de Ramilândia-PR, relativas ao ODS número 13, a fim de identificar, entre os docentes, o tipo de abordagem associada a Educação Ambiental (EA) e as conexões estabelecidas com a disciplina de matemática.
Dattein; Pansera-de-Araújo	2023	Analisar as relações entre os ODS e o enfoque Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente no currículo da educação superior, ao acompanhar uma turma de Meio Ambiente e Sustentabilidade no primeiro semestre/2019, de uma universidade comunitária.
Johann et al.	2023	Identificar a implantação de um Projeto Lixo Zero em uma Instituição de Ensino, e como ocorre a articulação para o alcance das metas de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Lima; Claro; Pereira	2023	Identificar como a Educação Ambiental está proposta na BNCC nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Especificamente, objetiva-se compreender a relevância da Educação Ambiental e sua presença no âmbito curricular e instigar um olhar crítico para as questões voltadas às práticas educativas ambientais desde a educação escolar.
Lima et al.	2023	Analisar o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 04, da Agenda 2030, da ONU sobre as noções de Educação Ambiental - EA para a emancipação humana no contexto da Educação Infantil.

Continua...

...continuação.

AUTORES	ANO	OBJETIVO
Monteiro et al.	2023	Investigar a conexão entre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/1999, e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 (ODS 4) - Educação de Qualidade.
Nunes	2023	Investigar e analisar a eficácia da integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas práticas de Educação Ambiental nas escolas, examinar como as escolas incorporam os ODS em seus currículos de Educação Ambiental, avaliar o impacto dessas práticas na conscientização dos estudantes sobre questões ambientais e sua capacidade de promover a sustentabilidade.
Ramineli; Silva; Araújo	2023	Discutir a importância de que, durante o estudo dos ODS, os professores utilizem, essencialmente, uma práxis pedagógica crítica, conscientizadora e dialógica com os educandos.
Rocha et al.	2023	Analisar quais os objetivos de aprendizagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram atingidos no livro de passatempos "Brincando e Aprendendo sobre o meio ambiente", sob a ótica da EDS.
Silva et al.	2023	Evidenciar uma sequência didática lúdica voltada ao conhecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando as temáticas Poluição e Vida Marinha, vinculadas ao ODS 14.
Silva; Freire	2023	Verificar como o ensino para a sustentabilidade tem sido aplicado na aprendizagem de alunos brasileiros do Ensino Superior, analisando a presença de temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
Buczenko; Rosa	2022	Analisar proximidades entre a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Como objetivos específicos foram definidos: avaliar a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica em relação à realidade social vivenciada no Brasil; rever a Educação para a Sustentabilidade em seus princípios e perspectivas; analisar os encontros e desencontros entre a Educação Ambiental e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
Cabeleira; Bianchi; Araújo	2022	Analisar o panorama relacionado às questões socioambientais que estão interligadas à prática pedagógica no desenvolvimento do currículo escolar. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, na modalidade estudo de caso, por meio da análise das respostas de cem professores da educação básica e superior, de um questionário semiestruturado sobre Educação Ambiental e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
Cabeleira; Fellipetto; Araújo	2022	O objetivo deste estudo é identificar e analisar as compreensões de professores do Ensino Médio acerca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Durán; Vázquez	2022	Apresentar brevemente o fracasso do desenvolvimento sustentável e as inconsistências dos próprios ODS, como sua aplicação nas universidades e nas relações de poder envolvidas. Por fim, o trabalho apresenta uma proposta de Educação Ambiental para as universidades, que deve necessariamente ser entendida como educação crítica.
Pescke; Perez; Lara	2022	Analisar a temática da água potável e saneamento em paralelo com a atual situação brasileira, sobretudo a do Rio Grande do Sul (Brasil) quanto ao sexto objetivo da Agenda 2030.

Continua...

...continuação.

AUTORES	ANO	OBJETIVO
Silva et al.	2022	Apresentar a BEBETECA ODS Primeiros Passos, projeto realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Varginha-MG, com o objetivo de divulgar os conceitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas por meio de livros digitais para crianças de 0 a 3 anos.
Veloza et al.	2022	Desenvolver um Jogo Lúdico Educativo (JLE), amparado nos conceitos da Química Verde (QV) e no 6º (sexto) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para uma turma do ensino médio com discentes ouvintes e 1 (um) surdo.
Bento et al.	2021	O objetivo do trabalho foi proporcionar estratégias para sensibilização ambiental com temáticas usuais das ODS nos municípios, por meio da capacitação de profissionais da educação.
Bezerra; Rodrigues	2021	Apresentar estratégias didáticas que garantam a inserção da EA e o ODS 4 – Educação de Qualidade no Ensino Fundamental, com enfoque no bioma Caatinga, possibilitando aos/as professores(as) estratégias de fácil desenvolvimento no âmbito escolar.
Brenzan; Hornung; Oliveira	2021	Este artigo objetiva proporcionar uma análise sobre as práticas de Educação Ambiental associadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável realizadas no município de Nova Aurora no Paraná, envolvendo a experiência de Escolas, Secretarias Municipais e ações em parcerias com Entidades locais a partir da organização de Projetos entre os anos de 2017 e 2019.
Cabral; Silva-Neta; Silva	2021	O objetivo deste artigo foi analisar as ações de Educação Ambiental executadas no âmbito da extensão por alunos e professores do IFCE, no período de 2015 a 2019, desenvolvidas no Projeto Casa Maranguape, com relação à adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.
Carmo; Benati	2021	Analisar de que forma a Educação Ambiental pode colaborar para a sustentabilidade, a partir do entendimento de que é possível a escola propor a formação para a transformação, ainda que o fazer pedagógico na atual forma escolar esteja a serviço do capital homogeneizador totalizante.
Cavalcanti-Bandos et al.	2021	Relatar a situação e o desenvolvimento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD) e da alfabetização em sustentabilidade (SL) em três programas empresariais de Instituições de Ensino Superior (IES) da América Latina (AL) no Peru, Brasil e Colômbia.
Freiesleben	2021	Instigar jovens estudantes do ensino médio da escola pública denominada Vila União, localizada no município de Palmas – Tocantins, a entender que a promoção de medidas de equilíbrio urgentes e contínuas, entre o ambiente natural de Palmas, referentes à qualidade do ar, da água e do solo, poderá contribuir para a implantação da Agenda 2030.
Miranda et al.	2021	Implantar e avaliar o resultado da introdução de um novo programa/projeto de EA, subsidiado na Agenda 2030, em relação à conscientização e uso racional da água na Escola Municipal Professora Maria Aparecida de Abreu de Varginha-MG.
Rosa; Kauchakje; Fontana	2021	Caracterizar a literatura internacional, principalmente a brasileira, sobre a Educação Ambiental escolar.

Continua...

...continuação.

AUTORES	ANO	OBJETIVO
Sampaio; Philipi Junior	2021	Demonstrar as contribuições dos programas para a formação de pesquisadores, docentes, estudantes de pós-graduação e graduação, profissionais e técnicos; para a incorporação dos ODS em pesquisas voltadas à aplicação em diversos setores da sociedade; bem como para o desenvolvimento de uma ciência cidadã.
Martínez- Agut	2020	Apresentar a metodologia de Aprendizagem de Serviços como válida para o desenvolvimento da educação para a sustentabilidade e os ODS.
Pacheco; Lacerda; Pinho	2020	Apresentar a proposta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), da Organização das Nações Unidas (ONU), e a sua sétima meta, discutindo possíveis contribuições para a implementação da Educação Ambiental Crítica e o papel da Psicologia Ambiental frente a esse cenário.
Yoshioka; Frenedo	2020	Realizar uma análise crítica do Currículo da Cidade para a área de Ciências Naturais quanto a EA para o desenvolvimento sustentável.
Avelar; Silva- Oliveira; Pereira	2019	Investigar sistematicamente a literatura sobre educação para avançar na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para identificar padrões bibliométricos importantes e evidências neste campo relativamente novo, mas em evolução.
Buczenko	2019	Analisar os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos em setembro de 2015, em acordo assinado por 193 países, na Assembleia Geral das Nações Unidas, na perspectiva da Educação Ambiental Crítica. Como objetivos específicos estabeleceram-se: apresentar o conceito de Educação Ambiental desde a perspectiva crítica; conhecer os objetivos do desenvolvimento sustentável e analisar os ODS desde o ponto de vista da Educação Ambiental Crítica.
Menezes	2019	Consolidar o entendimento de que os ODS deveriam ampliar o enfoque dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de modo a operacionalizar o conceito de desenvolvimento conforme consagrado pelo documento final da Conferência Rio+20.
Roma	2019	Avaliar os avanços e alcance de grande parte das metas estabelecidas no âmbito dos ODM, para o período 2000-2015, a fim de pautar a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações governamentais em todos os níveis de governo, e assim, fazer com que estes se tornem um indutor do país rumo ao almejado desenvolvimento sustentável nacional.
Caído et al.	2018	Apresentar uma revisão abrangente da literatura e desenvolver um novo quadro para enfrentar as barreiras e desafios para operacionalizar e monitorizar a implementação dos ODS.
Queiroz et al.	2017	Identificar a relação entre os ODS's que dizem respeito à educação e à integração das comunidades através de sua ligação com os princípios da etnociência.
Schmidt; Guerra; Pinto	2017	Fazer um diagnóstico preliminar da realidade da EA e encontrar o seu lugar nos sistemas de educação formal e informal nos países da CPLP.
Cavalcanti; Costa; Chrispino	2014	Destacar a importância da Educação Ambiental e do ensino com uma abordagem Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) como caminhos possíveis para a contextualização dos conteúdos na educação.

Continua...

...continuação.

AUTORES	ANO	OBJETIVO
Gallo; Setti	2014	Analisar a consistência da formulação da Agenda do Desenvolvimento pós-2015 em relação ao desenvolvimento sustentável e as potencialidades e os desafios para a sua implantação efetiva, considerando especialmente a intersetorialidade e a interestescalaridade em seu reatamento sobre o território, e sua expressão em agendas territorializadas, cuja governança e gestão estratégica, em especial a avaliação de efetividade, são destacadas.
Lima; Pato	2014	Compreender aspectos que dificultam o engajamento de professores nas propostas de Educação Ambiental (EA) a partir da percepção desses sujeitos.

Fonte: Os autores, 2024.

Resultados e Discussão

Após a leitura dos 47 artigos selecionados foi possível analisar e identificar como os ODS influenciaram a EA e a EDS e como repercutiu na EA brasileira e nos documentos norteadores da educação formal. Foi constatada, em todos os textos analisados, a abordagem sobre o momento histórico da implantação dos ODM e, posteriormente, dos ODS, e quais eram as metas e os prazos para alcançar cada um desses objetivos. Não há dados claros do percentual de sucesso de cada uma das metas previstas no cenário nacional.

Os ODM vigoraram até o ano de 2015 e, findado esse período, em 25 de setembro do mesmo ano, chefes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros integrantes da Assembleia Geral da ONU adotaram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Esse documento possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1) e 169 metas, que se tornaram e tornarão vigentes por 15 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016.



Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: ONU 2015.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 434-454, 2024.

A Agenda 2030 resulta de um conjunto de programas/ações/diretrizes reunidos para orientar o trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável (Miranda et. al., 2021).

Segundo Menezes (2019), os ODS deveriam ampliar o enfoque dos ODM, de modo a operacionalizar o conceito de desenvolvimento, conforme consagrado pelo documento final da Conferência Rio+20, ou seja, adotando escopo verdadeiramente global e integrando suas dimensões ambiental, econômica e social.

A Agenda 2030 traz ações na busca de um mundo sustentável e resiliente, constituindo-se como um plano de ação para pessoas, planeta, prosperidade, paz universal e parcerias (ONU, 2015). Esse documento e seus desdobramentos têm potencial de gerar avanços consistentes no alcance do desenvolvimento sustentável. Não obstante, o cumprimento dos objetivos e metas vem exigindo um trabalho significativo dos governos, iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil (Sampaio; Philippi Junior, 2021).

Os ODS são considerados mais abrangentes em temas e metas apresentadas, bem como com a finalidade de abordar questões chaves para a humanidade, tais como a desigualdade, o crescimento econômico, o trabalho decente, as cidades e assentamentos humanos, os oceanos, ecossistemas, a paz e justiça (Cordovil, 2020).

Dentre os 17 objetivos da Agenda 2030, o de número 4 visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Esse objetivo apresenta sete metas sendo que a meta 4.7 possui como propósito comum a educação e conscientização da população sobre o ambiente que a cerca, buscando preparar cidadãos e cidadãs comprometidos com o desenvolvimento e sociedades sustentáveis (Bezerra; Rodrigues, 2021).

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.7.a. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.7.b. Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos

desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.7.c. Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (ONU 2015).

Segundo Silva e Freire (2023), a implementação da aprendizagem para os ODS está assegurada por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e balizada pelos seguintes aspectos: integração da EDS em políticas, estratégias e programas; integração da EDS em currículos e livros didáticos; integração da EDS na formação de professores; ensino da EDS em sala de aula e outros ambientes de aprendizagem; e avaliação dos resultados de aprendizagem da EDS e da qualidade dos programas de EDS.

A efetividade para o cumprimento das metas propostas pelos 17 ODS vai além da governança se comprometer ao assinar os documentos, sendo necessário também financiar projetos de curto e longo prazo que auxiliem no cumprimento, já que muitas vezes a instituição de ensino possui o conhecimento técnico e pessoas aptas a trabalhar, mas falta o financiamento para as ações (Bento et al., 2021).

Para Loureiro (2015) a EDS compreende a sustentabilidade enquanto um conjunto de instrumentos técnicos que viabiliza o alcance do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a finalidade da educação é resumida a fins instrumentais tendo em vista que, nesse cenário, a educação tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, se dissociando da concepção emancipatória que considera a educação enquanto princípio do processo de formação humana.

Ainda segundo o mesmo autor, a EDS apresenta uma ideia de educação resumida na criação de habilidades, competências, comportamentos e capacidades, sem estabelecer necessariamente uma conexão com uma reflexão mais ampla sobre os processos que constituem tais problemáticas.

Corroborando esse entendimento, Buczenko e Rosa (2022) entendem que EA tem como finalidade que o processo educativo ambiental resulte em transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e de novos modos de viver na natureza enquanto a EDS tem como finalidade um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre o Norte e o Sul, e

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 434-454, 2024.

que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável.

O Brasil participou efetivamente de todos os encontros internacionais relacionados ao Meio Ambiente e isso repercutiu diretamente na legislação brasileira que abrange a EA e a EDS. Vale ressaltar que o início da menção sobre educação imersa na temática sobre crise ambiental foi na Eco 92, evento no qual se iniciou uma adequação da Educação Brasileira formal ao novo modelo de desenvolvimento mundial adotado pelo Brasil (Lima; Pato, 2021).

A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável e a EDS, o Brasil desenvolveu a Política Nacional de Educação Ambiental, assim como a criação do seu Órgão Gestor, em 1997, permitindo dar melhor visibilidade às políticas públicas de EA, incluindo permanentemente a EA como parte integrante da política pública educacional:

O Ministério da Educação por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre Meio Ambiente, a partir de 1997, introduziu com maior propriedade nos ambientes formais de ensino a temática da EA como tema transversal em todos os níveis de ensino, sendo relacionado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996).

No Brasil, o Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016 criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Nos anos seguintes, a CNODS publicou o seu Plano de Ação 2017-2019, o qual previa, como parte da estratégia da Agenda 2030 Brasil, a adequação das 169 metas dos ODS e seus respectivos indicadores globais à realidade brasileira (Roma, 2019).

Com as mudanças implementadas pela Agenda 2030, o conceito de EA está fortemente relacionado ao de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade, de acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, busca discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. O desenvolvimento sustentável pode ser definido, segundo esta comissão, como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações vindouras (Yoshioka; Frenedo, 2020). Nunes (2023) ressalta que a presença dos ODS nas escolas não é apenas uma adição ao currículo, mas uma oportunidade para cultivar uma nova geração de cidadãos comprometidos com a construção de um futuro melhor para todos.

O Brasil elaborou legislações para se adequar aos ODS da Agenda 2030, entre eles a BNCC (2017) que versa sobre o Currículo oficial de ensino em todas as escolas do país. Portanto, este é o documento que alinha o currículo educacional nacional à Agenda 2030 da ONU, tendo em vista a disparidade dos currículos escolares em diferentes regiões do Brasil. Entretanto, um estudo elaborado e apresentado pela Câmara dos Deputados, em julho de 2021, aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169

metas de desenvolvimento sustentável da ONU (Agência Câmara de Notícias, 2021) (Figura 2).

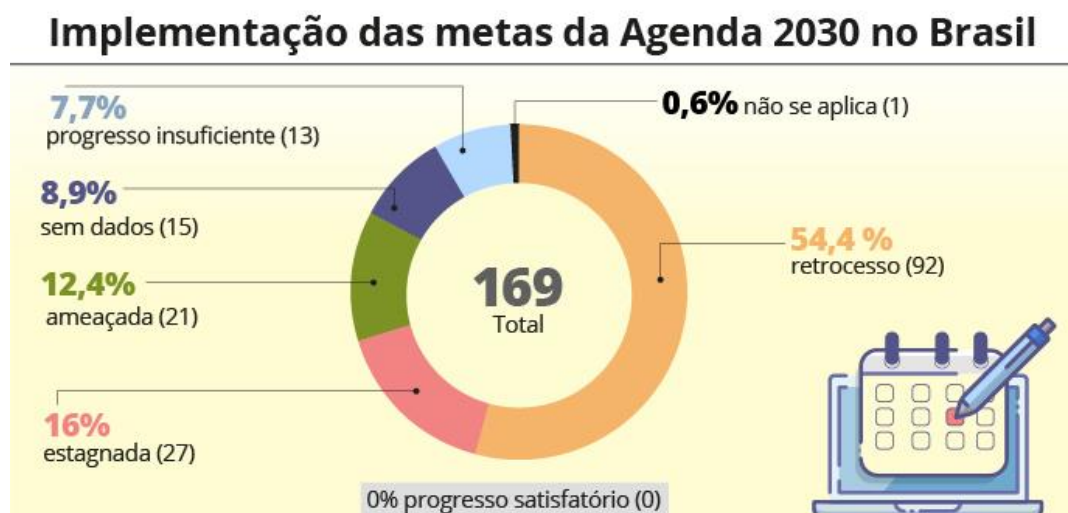


Figura 2: A implementação das temáticas da Agenda 2030 no Brasil.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2021.

As temáticas direcionadas à EA estão presentes nos documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação, entre eles os PCNs e DCNs, que explicitam o assunto como tema transversal. Já a BNCC, atual referência na educação, estabelece que os objetivos da educação estão relacionados com a transformação da sociedade, com as relações humanas e com a sustentabilidade, estando desta forma relacionada com a EA, a qual consiste na inter-relação sustentável entre o desenvolvimento humano e a natureza, sendo a espécie humana parte deste ambiente (Brasil, 2018). Entretanto, o texto da BNCC aborda de forma incipiente as ações norteadoras no que tange o desenvolver uma política pública que atenda aos ODS da Agenda 2030 por meio da EA (UNESCO, 2017).

Uma análise feita por Silva e Freire (2023) destaca sobre a forma pontual como a EA é citada na BNCC, aparecendo uma única vez, na introdução do documento, na página 19, especificando a relação da BNCC com o currículo. A última versão da BNCC, de dezembro de 2017, legitima o desaparecimento da EA, substituindo-a por EDS/Educação para Sustentabilidade (EpS), recontextualizando o discurso ambiental da Agenda 2030 (Silva; Freire, 2023).

Nesse contexto, a EA é reduzida a um tema que deve ser incorporado ao currículo e às propostas pedagógicas. Com isso, todo o histórico da importância da EA (e os ODS como temas recentes e também de grande relevância em escala global) que foi construído nas últimas três décadas no Brasil e formalizado em leis, parâmetros, resoluções, diretrizes e Bases Curriculares não garantiram presença na BNCC (ou foram negligenciadas) no

âmbito da compreensão, articulação, materialização e nas interações em salas de aulas, visto que o termo EA foi silenciado na versão final do documento oficial (Lima; Claro; Pereira, 2023).

No ano de 2019, o Ministério da Educação publicou os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na BNCC – Proposta Prática de Implementação (Brasil, 2019), trazendo novamente o Meio Ambiente como um desses temas e englobando a EA e Educação para o consumo.

Os TCTs teoricamente abrangem um espectro com a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC (Brasil, 2019).

Entretanto, a evolução da implementação de ações concretas de EA no Brasil, alcançando todas as dimensões territoriais brasileiras, ainda é incipiente. Mesmo com a instituição da Agenda 2030 e a regulamentação da EA no Brasil, em duas décadas a teoria no âmbito do desenvolvimento sustentável e sua prática continuam distantes.

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS, 2019) exteriora a apreensão com políticas públicas que podem distanciar o Brasil de um futuro sustentável, o qual demanda forte atuação em sincronia de um conjunto de setores brasileiros, como as instituições fiscalizadoras nacionais, governos locais e do parlamento e comunidade civil organizadas aos ODS (Cabral; Silva-Neta; Silva, 2021).

Cabeleira, Fellipetto e Araújo (2022) afirmam que, para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais, é necessário reeducar o sistema e compreender que ele faz parte tanto do problema quanto da solução. A realidade vivenciada direciona para a necessidade de se pensar soluções para as questões socioambientais exigindo um caráter interdisciplinar, além da participação da comunidade.

Corroborando esse entendimento Buczenko e Rosa (2022) ao afirmarem que os estudantes, ao participarem de ações de sensibilização e EA voltadas para os ODS na escola, têm a oportunidade de se tornarem cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir ativamente para um futuro sustentável e preservar a vida no planeta. Isso cria uma consciência coletiva sobre a importância da sustentabilidade, o que é crucial para encarar os desafios ambientais que enfrentamos atualmente.

A EA tornou-se conteúdo obrigatório na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde 2012. No entanto, a BNCC (Brasil, 2018) trouxe desconforto devido à superficialidade com que a temática é tratada no documento. Dessa forma, cabe aos entes federados municipais a responsabilidade de implementação da EA (Brasil, 2017, P. 20). Isso ressalta a necessidade de complementar o conhecimento dos profissionais e capacitá-los

para abordar questões ambientais de forma mais incisiva, dando ênfase à EA como elemento chave nesse contexto (Silva; Freire, 2023).

A ênfase da EpS deve estar voltada para que o professor se torne capaz de perceber as relações entre os diferentes componentes curriculares, enfatizando uma formação contextualizada ao nível local e global e a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades (Carmo; Benati, 2021).

Segundo Durán e Vázquez (2022) será necessário diferenciar entre uma EA que é instrumentalizada para impor projetos de desenvolvimento, projetos de reciclagem etc., de uma EA para formar multiplicadores capazes e transmitir preocupação, conscientização, compreensão de problemas ambientais nos mais diversos campos e outra EA concebida como a formação de critérios ambientais em futuros profissionais, independentemente da carreira ou da disciplina, para que possam tomar decisões de acordo com uma responsabilidade ambiental e uma ética preocupada em cuidar da vida.

Pacheco, Lacerda e Pinho (2020) entendem que para efetivar a EA e utilizar dessa ferramenta para a transformação social é imprescindível a devida formação curricular e ética de professores, não só do nível de Ensino Fundamental, mas também universitário, que possam trabalhar a partir dessas perspectivas, tanto em sala de aula quanto em atividades extracurriculares.

Para o desenvolvimento e execução de projetos e atividades de EA nas escolas e, conseqüentemente, para a mobilização e envolvimento da comunidade escolar, a importância dos professores é indiscutível. Porém, nem sempre eles próprios se sentem preparados para tal tarefa, até porque, a julgar pela disponibilidade de cursos nas universidades ligados à EA, dificilmente essa temática fez parte da sua formação de base (Schmidt; Guerra; Pinto, 2017).

A conscientização inerente à pauta da sustentabilidade é o objetivo fundamental para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente relacionado ao ODS 4 - Educação de Qualidade. Nesse contexto, a EA desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes dos problemas ambientais e sociais presentes no dia a dia e, concomitantemente, promove o aprendizado ao longo da vida e o desenvolvimento sustentável (Monteiro et al., 2024).

Para além disso, para conceber a EA e o desenvolvimento sustentável é imprescindível a elaboração de currículos escolares que estabeleçam aprendizagens que permitam aos estudantes entenderem o seu papel e o dos governos para com o desenvolvimento sustentável (Yoshioka; Frenezodo, 2020).

Considerações Finais

Com base no estudo realizado foi possível verificar que o Brasil elaborou documentos a fim de alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável previstos nos acordos internacionais pós Eco-92.

A temática EA está presente nos documentos elaborados pelo país, especialmente pós Rio 92, como tema transversal. Entretanto, na BNCC, documento norteador das ações no âmbito da educação no país, a EA é apresentada de forma incipiente, mesmo desempenhando papel fundamental na promoção e realização dos ODS.

A EA no contexto dos ODS é uma ferramenta para alcançar um desenvolvimento sustentável, devendo ser considerada indispensável na educação formal brasileira, vislumbrando capacitar alunos e sociedade a fim de adquirirem conhecimentos e habilidades necessários para enfrentar os desafios ambientais atuais e futuros. No entanto, a EA e a EDS, assim como alcançar as metas propostas nos ODS, ainda são temáticas distantes da realidade no cenário nacional.

Referências

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAGÃO, J. V. S.; SANTOS, L. M. S. V. dos; AGUIAR, A. M. A. de; AGUIAR, G. J. A.; NETO, J. F. A.; SILVA, M. H. A. da; SILVA, G. L. da. Aplicação de ferramentas de Educação Ambiental para formação de agentes ambientais em Caruaru (PE). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 2, p. 75–86, 2023.

AVELAR, A. B. A., SILVA-OLIVEIRA, K. D. da, PEREIRA, R. S. Education for advancing the implementation of the Sustainable Development Goals: A systematic approach. **The International Journal of Management Education**, v. 17, n. 3, 100322, 2019.

BEZERRA, L. G. S.; RODRIGUES, J. R. F. Estratégias didáticas para garantir a Educação Ambiental e o ODS 4 – educação de qualidade no Ensino Fundamental: um enfoque no bioma Caatinga. **Revista Estudo e Debate**, v. 28, n. 3, 2021.

BRASIL. **Decreto Presidencial de 30 de outubro de 2003**. Institui o Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Casa Civil, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn10011.htm>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: proposta prática de implementação. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil 2017 / Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ciências naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRENZAN, C. K. M.; HORNUNG, R.; OLIVEIRA, I. C. de. A Educação Ambiental em um município do oeste paranaense e suas práticas envolvendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 3, n. 2, 2021.

BUCZENKO, G. L. Los objetivos del desarrollo sostenible desde la perspectiva de la educación ambiental crítica. **Revista Intersaberes**, v. 14, n. 33, p. 570, 2019.

CABELEIRA, M. D. S.; BIANCHI, V.; PANSERA DE ARAÚJO, M. C. Desafios de professores no desenvolvimento da Educação Ambiental no currículo escolar. **REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 10, n. 2, p. e22037, 2022.

CAETANO, L. P. S.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. M. Percepção ambiental como ferramenta na análise teórica da viabilidade do ensino hídrico. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. 73, p. 602-629, 2023.

CAIADO, G. R. G.; LEAL FILHO, W.; QUELHAS, O. L. G.; NASCIMENTO, L. M. D.; ÁVILA, L. A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. **Journal of Cleaner Production**, v. 198, p. 1276-1288, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notícias. Relatório Metas de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/784354>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 434-454, 2024.

CASTRO, N. S.; MACHADO, A. L. S. Green Market: A Tool for Recycling and Environmental Education Tool. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 3, p. e04700, 2024.

CAVALCANTI, D. B., COSTA, M. A., CHRISPINO, A. Educação Ambiental e Movimento CTS, caminhos para a contextualização do Ensino de Biologia. **Praxis**, v. 6, n. 12, p. 27-42, 2014.

CAVALCANTI-BANDOS, M. F.; QUISPE-PRIETO, S.; PAUCAR-CACERES, A.; BURROWES-CROMWEL, T.; ROJAS-JIMÉNEZ, H. H. Provision of education for sustainability development and sustainability literacy in business programs in three higher education institutions in Brazil, Colombia and Peru. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 22, n. 5, p. 1055-1086. 2021.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CNODS - Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Ação 2017-2019**. CNODS, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QNUCCp>. Acesso em: 31 out. 2023.

DALEASTE, R. F.; LÜBECK, K. R. M. Reflexiones sobre una Educación Continuada para los Primeros Años involucrando Matemáticas y Educación Ambiental. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, v. 4, n. 15, p. 180-195, 2023.

DATTEIN, R. W.; PANSERA-DE-ARAÚJO, M. C. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no currículo da Educação Superior com enfoque em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 40, n. 1, p. 219–238, 2023.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIESLEBEN, M.; SILVA NUNES, D.; MATHURIN, M. D.; LIMA, N. V. C.; BAZZOLI, J. A.; RODRIGUES, W. Do ideal ao real: desafios da aplicação dos ODS em uma escola de nível médio em Palmas - TO. **Revista Interface**, v. 21, n. 21, p. 41–51, 2022.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4383-4396, 2014.

IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade). **III Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. São Paulo: IDS/ Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030, 2019.

IPEA. **Resultados do desenvolvimento do milênio. Desafios do desenvolvimento.** 2016. Ano 13. Edição 87. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3263&catid=#:~:text=Os%20oitos%20objetivos%20s%C3%A3o%3A%20reduzir,uma%20parceria%20mundial%20para%20o>. Acesso em: 12 abr. 2024.

JOHANN, D.; CAVALHEIRO, C.; Torres, E. S.; Rodrigues, H. P. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como estratégia para a Educação Ambiental em uma instituição de ensino. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, 2023.

LIMA, F. W. C.; ARAUJO, M. L.; SILVA, W. L. da; ASSIS, E. S. S. de; ABREU, A. L.; PALHETA, F. B. Implicações do Objetivo do Desenvolvimento sustentável 04 da Agenda 2030 na Educação Infantil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, p. 17306–17325, 2023.

LIMA, V. F. de; PATO, C. Educação Ambiental: aspectos que dificultam o engajamento docente em escolas públicas do Distrito Federal. **Educar em Revista**, v. 37, p. e78223, 2021. Acesso em: 20 de abr. 2023.

LIMA, W. R. X. R.; CLARO, L. C.; PEREIRA, R. A. Onde está a Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Análise de uma ausência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 373–392, 2023.

LOUREIRO, C. F.; LAMOSA, R. **Educação Ambiental no Contexto Escolar: um balanço crítico da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Quartet, 2015.

MARTÍNEZ-AGUT, M. Da Educação Ambiental à educação para a sustentabilidade: uma proposta para a América Latina baseada na metodologia Service-Learning. **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 1-23, 2020.

MENEZES, H. Z. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. Disponível em: <www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/581/582/3044-1?inline=1>. Acesso: 17 abr. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://bit.ly/2CgNH9A>. Acesso em: 31 out. 2023.

MIRANDA, D. L. de; MENDONÇA, A. T.; MELO, M. C. de; MELO, E. D. de. Educação Ambiental a partir da Agenda 2030: experiências da conscientização e do uso racional da água na educação municipal de Varginha (MG). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 2, p. 174–190, 2021.

MONTEIRO, R. R.; PEREIRA, A. B.; SILVA, L. J. da; NASCIMENTO, E. B. V. do; JÚNIOR, J. E. S. Legislação, Ecoética, Educação Ambiental e ODS 4: Desafios da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **REVISTA JurES**, v.16, n.30, p. 141-162, 2023.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 434-454, 2024.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação – Revista do Cento de UFSM**, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015.

ODS - **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Proposta de Adequação. Ipea, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2oJPWy0>>. Acesso em: 31 out. 2023.

ONS (Organização das Nações Unidas). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PESCKE, I. K.; PEREZ, K. J.; LARA, D. M. de. Se não agora, quando? Água e saneamento como ODS da Agenda 2030 e a realidade no Rio Grande do Sul (Brasil). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 433–451, 2022.

RAMINELI, J. L. F.; SILVA, N. C. da; ARAÚJO, M. F. F. de. The Sustainable development goals from the perspective of freirean praxis. **Professare**, v. 12, n. 3, p. e3221, 2023.

REPOSITÁRIO DO CONHECIMENTO DO IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatórios Nacionais de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3205>>. Acesso em: 31 out. 2023

ROCHA, A. R. da; VIEIRA, M. E. C.; SAKAE, G. H.; SILVEIRA, C.; PANTANO, G. “Brincando e Aprendendo sobre o meio ambiente”: um livro de passatempos que promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 197–216, 2023.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, v. 71, n.1, p. 33-39, 2019.

ROSA, M. A.; KAUCHAKJE, S.; FONTANA, M. I. Environmental education at school: international literature and brazilian studies analysis. In **SciELO Preprints**. 2021.

SALIM, N.; RAHMAN, M. N. A.; WAHAB, D. A. A systematic literature review of internal capabilities for enhancing eco-innovation performance of manufacturing firms. **Journal of Cleaner Production**, v. 209, p. 1445-1460, 2019.

SALZER, E.; MALLMANN, L.; CARNIATTO, I. A Educação Ambiental versus ODS: uma revisão sistemática do impacto da pandemia no alcance dos ODS. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 4, p. e3996, 2024.

SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI JUNIOR, A. **Impacto das ciências ambientais na Agenda 2030 da ONU**. v. 1. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2021. Disponível em: <www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/702>. Acesso em 18 abril. 2024.

SILVA, G. S.; ARAÚJO, A. H. C. de; GONÇALVES, M. H. S.; ACIOLE, D. S. B.; SANTOS, R. L.; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, E. Environmental Education for children following the 2030 Agenda: Mobilizing on ocean biodiversity. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 8, p. e11612842946, 2023.

SILVA, N. O. da.; FREIRE, F. S. Teaching for sustainability in Brazilian higher education from the perspective of the Sustainable Development Goals. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280080, 2023.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de Aprendizagem**. Brasília: UNESCO, 2017.

YOSHIOKA, C. C. S.; FRENEDOZO, R. C. A Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável no novo currículo da Cidade de São Paulo. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 2, p. 64–83, 2020.